

Produção de energia solar dependente de regulação, diz APREN

4 de Maio, 2018

“As renováveis na produção de eletricidade são o vetor de descarbonização mais eficaz da economia Portuguesa no médio e longo-prazo”. A conclusão é do secretário geral da Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN), José Medeiros Pinto, que participou ontem numa mesa redonda promovida pela APREN para assinalar o Dia do Sol.

Mas, segundo José Medeiros Pinto, para que este cenário se verifique “é fundamental que as renováveis assumam um papel dominante na geração de eletricidade – de 80% até 2030 e 90% até 2050 -, sobretudo através da produção hídrica, eólica *onshore* e solar PV”. Esta última, devido à sua “fácil instalação, tanto no tecido urbano como em empresas e residências, tem sido cada vez mais responsável pela transição energética, e tem contribuído para a dinamização do autoconsumo e para a colocação do consumidor no centro da revolução energética”, constata.

O painel de intervenientes destacou também a importância da energia solar em Portugal que, apesar de registar ainda níveis de penetração muito aquém, deverá duplicar a sua capacidade de instalação nos próximos seis ou sete anos. Sobre a forma como estas alterações vão impactar as redes, o tecido industrial ou mesmo as entidades institucionais, a associação que representa o setor das renováveis afirma que estes desafios irão exigir uma estabilidade do quadro regulatório e um trabalho coordenado de todos os intervenientes no processo.

No encontro foram ainda analisadas as projeções para 2050 no que respeita à descarbonização custo-eficaz, um estudo desenvolvido pela APREN e pelo Centro de Investigação Ambiental e de Sustentabilidade da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Esta investigação concluiu que a escolha de trajetórias para o setor elétrico de elevada mitigação de CO₂, conduz a menores custos unitários no sistema elétrico nacional. Este relatório permitiu demonstrar que o custo unitário de produção de eletricidade nos cenários de mitigação será, até 2050, cerca de 22% a 27% inferior ao cenário conservador em que as renováveis cresçam a um ritmo mais lento, e sem considerarem a descarbonização.